



Bolsas		Pontuação B3				Dólar		Salário mínimo		Euro		CDI		CDB		Inflação	
Na quarta-feira		IBovespa nos últimos dias				Na quarta-feira		Últimos		Comercial, venda na quarta-feira		Ao ano		Prefixado 30 dias (ao ano)		IPCA do IBGE (em %)	
0,46%	0,15%	195.129	197.737	10/4	13/4	14/4	15/5	R\$ 4,992	R\$ 1.621	R\$ 5,890	14,65%	14,51%	0,18	0,33	0,33	0,70	0,88
São Paulo	Nova York							(-0,03%)	9/abril: 5,063 10/abril: 5,011 13/abril: 4,997 14/abril: 4,993								

ORÇAMENTO

Salário mínimo será de R\$ 1.717 em 2027

Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias do ano que vem, encaminhado ao Congresso, também prevê superávit de 0,5% do PIB

» ROSANA HESSEL

A equipe econômica do presidente Luiz Inácio Lula da Silva apresentou, ontem, o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2027, com as linhas mestras do último Orçamento do terceiro mandato, que será executado pelo vencedor das eleições de outubro deste ano. No documento, o governo federal propõe correção de 5,9% no salário mínimo do próximo ano, para R\$ 1.717 — aumento de R\$ 96 sobre o piso atual, de R\$ 1.621.

No texto, as projeções macroeconômicas estão desatualizadas, tanto do lado da receita quanto do lado da despesa, de acordo com os próprios integrantes da equipe econômica que apresentaram a proposta.

O novo ministro do Planejamento e Orçamento, Bruno Moretti, e o futuro secretário-executivo da pasta, Guilherme Mello — atual secretário de Política Monetária do Ministério da Fazenda, contaram que as projeções utilizadas são do início de março, e, portanto, não captam os impactos do conflito no Oriente Médio. O preço do barril do petróleo tipo Brent utilizado nas contas foi de US\$ 73,09, abaixo dos valores atuais, o que pode significar uma surpresa na receita com royalties no ano que vem, segundo Moretti.

Nas projeções do governo, o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro do próximo ano deverá ser de 2,56%, enquanto as estimativas do mercado estão abaixo de 2%. De acordo com Mello, os dados serão atualizados na Proposta Orçamentária Anual (Ploa) do ano que vem, a ser enviada ao Congresso no fim de agosto, o que pode gerar uma boa “surpresa” na arrecadação.

Contudo, como os indicadores de inflação deste ano estão 3,76%, abaixo das projeções atuais — próximas de 5% —, as despesas

também estão subestimadas, assim como o salário mínimo, que poderá ser maior e ter um impacto indesejado nos gastos previdenciários.

Apesar de manter a meta fiscal de 2027 em 0,5% do PIB, de R\$ 73,2 bilhões, projeções do governo no PLDO indicam que ela será perseguida pelo piso de R\$ 36,6 bilhões. Na estimativa do resultado primário do próximo ano, o saldo positivo é de 0,1% do PIB, ou R\$ 8 bilhões. Logo, serão necessárias compensações equivalentes a 0,4% do PIB para o cumprimento da meta fiscal e atingir o resultado primário de R\$ 73,6 bilhões.

O ministro lembrou, ainda, que, a partir do próximo ano, haverá o acionamento de dois gatilhos previstos no arcabouço fiscal. De acordo com o dispositivo, como houve déficit primário do governo central em 2025, o aumento real no ano das despesas de pessoal ficará restrito a 0,6%. Também estará vedada a concessão, ampliação ou prorrogação de benefício tributário no próximo ano. “Fizemos um PLDO renovando o processo de consolidação fiscal e políticas sociais e, ainda assim, fizemos com parâmetros suficientemente conservadores para uma boa expectativa para as metas colocadas pelos instrumentos atuais e pelo arcabouço”, garantiu Moretti.

Na avaliação do especialista em contas públicas e economista-chefe da Warren Investimentos, Felipe Salto, os dados apresentados mostram que o governo continua buscando cumprir a meta fiscal pelo piso. “O cumprimento da meta fiscal só será viabilizado com a exclusão de 0,45% do PIB em despesas primárias, ou R\$ 65,7 bilhões”, afirmou. Para ele, o ponto positivo foi a incorporação de 10% das despesas com precatórios à meta fiscal nos próximos 10 anos.

“A única boa novidade do PLDO foi o desconto de precatórios, que ficou mais baixo do que o autorizado pela Emenda Constitucional

Washington Costa/MF



O ministro do Planejamento, Bruno Moretti, e o secretário executivo da Fazenda, Rogério Ceron, detalham LDO de 2027

Os ajustes fiscais estão sendo feitos e os números mostram que a economia está melhor do que no governo anterior”

Rogério Ceron, ministro interino da Fazenda

136”, disse Salto, em referência à emenda de 2021, que deu calote nas dívidas judiciais e que voltaram a serem pagos no atual governo. “Mas, mesmo assim, com esses descontos e usando o limite inferior da meta, será possível (o cumprimento da meta fiscal). Lembrando que estão aplicando também a regra de teto de 0,6% real para gastos com pessoal”, acrescentou. “E isso é o quadro do PLDO, não necessariamente condizente com os nossos cenários atuais, que indicam um déficit um pouco pior no cenário base, ao menos neste momento. No fundo, teremos de esperar o pós-eleições para saber

qual será o plano fiscal para 2027”, complementou.

Dívida crescente

Ao sinalizar o cumprimento da meta fiscal via descontos de gastos, o governo não consegue impedir o aumento da dívida pública bruta, que segue crescendo de forma acelerada, como alertou o Fundo Monetário Internacional (FMI), ontem, ao passar a prever em 100% do Produto Interno Bruto (PIB) a dívida pública bruta do Brasil em 2027. Mas, pelas projeções do governo, apresentadas pelo novo secretário-executivo do ministério

da Fazenda e ministro interino da pasta, Rogério Ceron, a dívida pública bruta tem uma performance menor do que o previsto pelo Fundo, de 86% do PIB, para este ano, e deverá se estabilizar em 2029, no patamar de 87,8% do PIB, quando a meta fiscal passará para um superávit primário de 1,50% do PIB.

“Os ajustes fiscais estão sendo feitos e os números mostram que a economia está melhor do que no governo anterior, tanto que há um fluxo de investimento estrangeiro no país, semelhante ao de quando o Brasil tinha grau de investimento”, afirmou Ceron, ex-secretário do Tesouro Nacional.

MINERAÇÃO

Adiada a votação do PL que trata do ouro

» CAETANO YAMAMOTO*
» IAGO MAC CORD

Ficou para o dia 22 de abril a votação do Projeto de Lei (PL) 3025/2023, que trata da regulamentação do mercado de ouro no Brasil. A votação do parecer do relator da matéria, deputado Marx Beltrão (PP - AL) estava pautada para ontem, mas, por acordo de líderes, foi transferida para a próxima semana.

“Foi feito um apelo para que sobrestásemos a pauta e que ela pudesse retornar após o feriado de Tiradentes”, informou o presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), ao comunicar o acordo.

Segundo o relator, o pedido partiu do presidente da Comissão de Mineração, deputado Joaquim Passarinho (L-PA), que argumentou haver pontos divergentes com

temas que estão sendo abordados no Governo, autor do PL. Ainda hoje, Beltrão e Passarinho serão recebidos pelo ministro da Justiça Wellington Lima e Silva, para ajustarem o mérito da matéria. “Em havendo entendimento com o MJ de se fazer qualquer tipo de mudança em comum acordo com a Casa Civil, o relator irá atender”, disse Beltrão.

O substitutivo vem sofrendo críticas de entidades representativas do setor mineral. Ainda ontem, o Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) e a Frente Parlamentar da Mineração Sustentável (FPMIn) alertaram que alterações promovidas na proposta, promovem retrocessos que podem agravar o garimpo ilegal no país. De acordo com o diretor-presidente do Ibram, Pablo Cesário, o substitutivo que está em tramitação no Congresso abre espaço para a lavagem de ouro ilegal no Brasil, por causa da retomada

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



Beltrão informou que houve apelo para que votação fosse adiada

da autodeclaração.

Cesário enfatizou que a inclusão da autodeclaração impede a rastreabilidade, contrariando, inclusive, decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que, em 2025, exigiu mais rigidez nas regras para o mercado do ouro. “Isso nos preocupa muito, porque pode significar a retomada da lavagem de

ouro do garimpo ilegal, agora ligado ao crime organizado no mercado brasileiro. É uma enorme preocupação, em particular nesse momento em que o preço do ouro está muito elevado, quase US\$ 5 mil a onça — equivalente a 31 gramas de ouro — um dos preços mais altos em toda história, inclusive na época da colônia, e a gente enfrenta,

infelizmente, uma ampliação da exploração de ouro ilegal, inclusive em áreas indígenas” explicou.

Segundo o Instituto, o texto original, enviado pelo Poder Executivo em junho de 2023, criava mecanismos de rastreabilidade do ouro alinhados às melhores práticas internacionais. Na avaliação do Ibram, o substitutivo retira da Agência Nacional de Mineração (ANM) a autoridade para implementar o rastreamento efetivo e transfere essa função à Casa da Moeda, sem estrutura regulatória nem capilaridade para executá-la. A própria Agência se posicionou contrária à iniciativa.

“Do modo que o relatório está, a nossa posição é contrária, e pedimos para que ele não seja aprovado”, salientou.

O presidente da FPMIn, deputado Zé Silva (União-MG) frisou que a rastreabilidade é um instrumento essencial no combate à ilegalidade, por isso, alertou para a necessidade de ajustes no modelo proposto. “A rastreabilidade é uma agenda estratégica para o país e um instrumento fundamental no enfrentamento da mineração ilegal. O

texto precisa de aperfeiçoamentos urgentes para que funcione na prática e não produza efeitos contrários ao desejado”, disse.

Terrabras

O presidente do Ibram também manifestou preocupação com o Projeto de Lei 1733/2026, apresentado pelo deputado federal Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) em 9 de abril de 2026, e com o PL 1754/2026, apresentado no dia 10 de abril pelo deputado Pedro Uczai (PT-SC), líder da bancada do PT. Ambos propõem a criação de uma empresa pública chamada Terrabras para atuar na cadeia produtiva de terras raras e minerais críticos.

“É preocupante, porque essa ideia não é boa nem nova, já existiu uma empresa estatal na década de 60, que quando foi estatuada, foi sucateada e extinta, ao mesmo tempo vimos um longo subinvestimento nas empresas estatais que já existem na mineração”, disse Cesário.

*Estagiário sob a supervisão de Edla Lula